

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019
CAPASEMU

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAIXA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO – CAPASEMU- C.N.P.J. 87.603.775/0001-30 é uma autarquia municipal, com personalidade jurídica própria, com sede situada na Rua Morom, 1858, Edifício Ladeira 5º andar, Centro de Passo Fundo, RS, CEP 99.010-034, tem por objeto a prestação de serviços e assistência na área da saúde aos seus filiados (servidores públicos municipais, estatutários); da forma prevista na Lei Municipal nº 208/2008 e conforme as resoluções aprovadas pelos conselhos deliberativo e fiscal da Autarquia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em **31/12/2019** foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas **NBCASP** (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº **1.111/2007 do CFC e de acordo com a oitava edição do MCASP além dos conceitos gerais da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 26.**

Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2019 foram elaboradas conforme a Lei nº **4.320/64**, a escrituração observou o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº **4.320/64**.

Alterações nas políticas contábeis no exercício de 2019: não ocorreram alterações nas políticas contábeis, pois já foi adotado anteriormente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP no Município de Passo Fundo e na Autarquia.

O Balanço Geral da Autarquia referente ao exercício de 2019 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

3. MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudança de critério contábil em 2019.

4. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não ocorreram ajustes relativos aos exercícios anteriores.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis apresenta os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos da Autarquia.

O regime contábil adotado na contabilização da execução do orçamento é misto, a fim de atender o disposto no art. **35 da Lei nº 4.320/64**. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa. Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

6. APURAÇÃO DOS RESULTADOS PÚBLICOS

Resultado Patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado Orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para a despesa).

7. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

As principais diretrizes dos procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os registros contábeis das receitas que ingressam na Autarquia, observam as seguintes regras: **1. Plano Odontológico** (receita orçamentária recebida mensalmente dos filiados optantes ao plano odontológico); **2. Plano Dependentes** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados, o valor é fixo por dependente Os **Dependentes Legais** são os filhos até completarem **18** anos de idade, e os portadores de deficiência que impossibilite exercer quaisquer atividades remuneradas enquanto nesta condição permanecerem. Os **Dependentes Especiais** que poderão ser inscritos são: o cônjuge, o companheiro ou companheira; os filhos dos 18 anos até completarem 24 anos de idade, solteiros; os menores sob guarda, os tutelados e os enteados que vivam sob a dependência econômica do filiado, e que não possuam bens ou recursos suficientes para o próprio sustento. **3. Funcional** (receita orçamentária) recebida mensalmente dos filiados calculada 6,9% do valor base dos vencimentos e proventos incorporáveis dos servidores; **4. Patronal** (receita orçamentária) recebida mensalmente através da contribuição de 6,9% da folha de pagamento da Prefeitura Municipal, Ippasso, Câmara de Vereadores, Hospital Municipal Doutor Cesar Santos e Capasemu. Portanto, dos itens 1 ao 4, são os registros que resultam, simplesmente numa arrecadação orçamentária para a Capasemu. Existem ainda outras receitas, provenientes dos **AMHOS** (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) e do pagamento das despesas médicas (**Variáveis**) que foram realizadas pelos filiados, nestas existem a coparticipação dos filiados. Estas despesas são financiadas pela Autarquia para os filiados conforme previsão legal na Lei Complementar **208/2008** e de acordo com as Resoluções dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As coparticipações são estabelecidas através de tabelas com percentuais diferenciados conforme o procedimento realizado e a categoria do filiado. Estas são as receitas extras orçamentárias que geram os créditos a receber dos filiados que são descontados na folha de pagamento dos servidores municipais estatutários até o **limite legal de 20%** da remuneração mensal. Estas receitas são classificadas da seguinte forma: **5. Juros** (receita orçamentária); **6. Variáveis** (receita e despesa extra orçamentária) e **7. AMHO** (receita e despesa extra orçamentária). Os itens **6** e **7** resultam de atendimentos de saúde feitos pelos filiados, onde a Capasemu sempre paga o profissional da saúde (registro de despesa extra orçamentária) para posteriormente receber estes valores dos filiados através dos descontos realizados na folha de pagamento. Após a retenção do valor na folha de pagamento do filiado, o valor é repassado para à Capasemu, quando será registrado o ingresso da receita extra orçamentária. Esta receita é registrada em conta do ativo por centro de custo para fins de controle desses valores a receber dos filiados. Os **AMHOS** (Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos) são os **financiamentos** das despesas na área da saúde realizados conforme as Resoluções e a previsão legal. Quando o filiado realiza um procedimento classificado como AMHO, este procedimento é parcelado e o valor devolvido conforme a margem de desconto de 20% sobre a remuneração mensal. Sobre este

valor parcelado é que incidem os **juros** (item 5). Estes juros serão considerados como **receita orçamentária**.

8. DO BALANÇO PATRIMONIAL

8.1 Ativo Circulante

8.1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Não há disponibilidade de Caixa na CAPASEMU, todos os valores financeiros relativos as receitas que ingressaram na contabilidade obrigatoriamente passaram nas contas bancárias da Autarquia junto à Caixa Econômica Federal e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. As disponibilidades financeiras somavam em 01/01/2019 R\$ 4.616.539,72 e em 31/12/2019 alcançaram o valor de R\$ 3.935.983,81. As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa. Estas Aplicações Financeiras possuem liquidez de curto prazo.

8.1.2.1 Banco conta movimento:

As disponibilidades registradas neste subgrupo estão demonstradas de acordo com as conciliações bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciadas pelo (s) extrato (s) da conta (s) corrente (s) bancária (s) em suas respectivas datas de operações. No banco conta corrente estão registradas as aplicações de liquidez imediata. A Capasemu possui contas junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul; os respectivos saldos estão devidamente conciliados o encerramento do exercício financeiro de 2019.

As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de realização e os rendimentos em função do prazo decorrido até a data do balanço. Os valores foram aplicados conforme cronograma estabelecido buscando resguardar os Ativos Financeiros da Autarquia.

Apresentamos no quadro abaixo os saldos contábeis das contas da Autarquia em 31 de dezembro de 2019 na contabilidade após o encerramento do exercício.

Saldo das Contas Bancos Conta Movimento em 31 de dezembro de 2019																
1	1	1	1	1	19	0	3	30	0	3	0	0	54.973	CEF C/MOV CAPASEMU -PMPF	R\$	-
1	1	1	1	1	19	0	3	30	0	4	0	0	54.974	CEF C/MOV CAPASEMU - SERVIDORES	R\$	-
1	1	1	1	1	19	1	2	30	0	1	0	0	9.042	BANRISUL C/MOVIMENTO -CAPASEMU IPASSO	R\$	-
1	1	1	1	1	19	1	2	30	0	4	0	0	54.927	BANRISUL - CAPASEMU - CAMARA	R\$	-
1	1	1	1	1	19	1	2	30	0	5	0	0	54.928	BANRISUL - CAPASEMU - HBCS	R\$	-
1	1	1	1	1	50	0	6	30	0	1	0	0	9.043	BANRISUL C/APLICAÇÃO CAPASEMU	R\$	4.955,31
1	1	1	1	1	50	0	6	30	0	5	0	0	54.980	CEF CTA APLICAÇÃO FLEX	R\$	3.820.236,10
1	1	1	1	1	50	0	6	30	0	6	0	0	54.987	BANRISUL C/APLICAÇÃO CAPASEMU - CMV	R\$	-
1	1	1	1	1	50	0	6	30	0	7	0	0	54.988	BANRISUL C/APLICAÇÃO CAPASEMU - HBCS	R\$	-
1	1	1	1	1	50	0	6	30	0	9	0	0	56.704	BANRISUL APLICAÇÃO CDB	R\$	110.792,40
Saldo Total															R\$	3.935.983,81

Todas as aplicações seguem o regramento do conselho monetário nacional e do BACEM.

8.1.2.2 Os Créditos a Receber

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos ocorridos até a data do encerramento do balanço. As

atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado. As contas de créditos a receber expressam o somatório dos valores a receber oriundo das prestações de serviços oferecidos pela Capasemu aos seus filiados, onde a mesma efetuou o pagamento das despesas de saúde aos profissionais que prestaram estes serviços, e tais valores são devolvidos mensalmente com desconto na folha de pagamento dos filiados dentro dos limites legalmente previstos.

8.1.2.2.1 Dos Valores a Receber referentes aos créditos variáveis e AMHOS

Durante o exercício financeiro de 2019 a contadoria realizou a atualização dos saldos contábeis do balanço patrimonial com os saldos dos relatórios do novo sistema de faturamento da empresa ORGANIZA. Foi realizada a conciliação dos valores dos saldos dos filiados no novo sistema de faturamento incluindo o saldo devedor de juros a receber e AMHOS.

As provisões foram constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos

8.1.2.2.2 Dos Juros sobre AMHOS

Após a implantação do novo sistema de faturamento da Autarquia foi possível apurar o valor dos juros a receber dos AMHOS que são os financiamentos concedidos aos filiados da CAPASEMU.

Os valores registrados no balanço de encerramento do ano de 2019 estão de acordo com os relatórios do sistema de faturamento, os quais apresentam informações corretas e fidedignas.

8.1.2.3 A Dívida Ativa

Não ocorreram inscrições em dívida ativa no exercício de 2019, pois a Autarquia não possui *software* adequado para a inscrição e controle destes créditos.

8.1.2.4 Dos estoques

A Autarquia, possui controle permanente dos estoques por meio do sistema informatizado. É realizado inventário dos estoques mensalmente para ajuste de eventuais divergências.

A entrada dos bens no sistema ocorre pelo custo de aquisição e a baixa pelo custo médio ponderado, conforme determina a legislação.

Os estoques da Autarquia se referem basicamente a material de expediente e de limpeza.

8.1.2.5 Ativo Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. A autarquia adotou o teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado, sendo que os ajustes necessários foram todos realizados em 2014. Neste ano foi realizada a reavaliação de todos os bens do ativo imobilizado e devidamente registrados em resultado, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

Em 2019 a Autarquia iniciou o inventário geral. Foram levantados os bens inservíveis, os demais foram apenas depreciados conforme método linear ou de cotas constantes. Os bens adquiridos no exercício foram tombados no ativo imobilizado e devidamente registrados, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do balanço.

A Autarquia realizou o cálculo da depreciação pelo método linear ou de cotas constantes dos bens mensalmente. A comissão inventariante realizou as suas atividades e registrou devidamente em atas.

8.1.2.6 VPDs pagas antecipadamente

Não houve registro de tais fatos

8.1.2.7 Demais Ativos Circulantes e não circulantes

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo não Circulante.

8.1.2.8 Ativo Investimentos

O saldo do grupo investimentos refere-se a ações da autarquia junto a Habitasul, Codepas e Brasil Telecom

Ações da Codepas; em relação às ações da CODEPAS decidiu-se deixar o saldo histórico da aplicação inicial da Autarquia, visto que a empresa municipal encontra-se com o Passivo a Descoberto. Portanto, o valor investido pela Autarquia na CODEPAS alcançou o percentual de 1,20% no momento em que a empresa foi criada.

Neste ano (2019) foi lançado o valor de **R\$ 126.228,00 referente ao Resultado Negativo com a Equivalência Patrimonial da CAPASEMU com o prejuízo da CODEPAS**, conforme solicitação da contabilidade do Município de Passo Fundo.

Ações da Habitasul: a Autarquia possuía ações Espécie PN Classe A com a numeração inicial **4.924.639** e a numeração final **4.925.0001** totalizando a quantidade de **363** ações. O valor destas ações foi atualizado em 2018.

Ações da Telefônica Brasil S.A. (antiga CRT): a autarquia possui **04** ações tipo PN. Solicitamos informações relativas a estas ações no Banco Bradesco na cidade de Passo Fundo em 2017 e até a presente data não recebemos informações

8.1.2.9 Ativo Intangível

A entidade não possui nenhum ativo intangível

8.1.2.10 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos

Não houve necessidade de ajuste a valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do Balanço.

8.1.2.11 Ativos e Passivos Contingentes

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva

8.1.2.12 Fornecedores

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

8.1.2.13 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazo superiores, no passivo não circulante.

8.1.2.14 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo – Provisões de Pessoal

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais. A contabilização é feita baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (uns doze avos) de obrigação para a Autarquia e conseqüentemente 1/12(uns doze avos) de direito para o funcionário. Os registros as provisões são realizadas mensalmente.

O cálculo do valor das provisões é realizado manualmente com base no resumo geral da folha de pagamento fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, pelo fato que, o software não oferece relatório para tal cálculo.

8.1.2.15 Obrigações a Longo Prazo

A Autarquia não possui obrigações a Longo Prazo

8.1.2.16 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado.

9. DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os saldos finais que se transferem para o exercício seguinte. Comparando o total das receitas orçamentárias que foram contabilizadas em 2019 com o exercício anterior concluímos que ocorreu um aumento de **R\$ 1.392.592,51** no valor arrecadado. Já as despesas Orçamentárias foram maiores que o ano de 2018 em **R\$ 2.135.313,72**. Os recebimentos extraorçamentários foram **R\$ 1.223.567,35** maiores que o ano de 2018; e os pagamentos extraorçamentários **R\$ 385.315,00** maiores que no exercício anterior.

9.1 houve a inscrição de restos processados no valor de R\$ 27,02

9.2 em relação aos restos a pagar não processados R\$ 58.994,50

9.3 *Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias*: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 17.985.268,48 no ano, registrados no balancete das receitas, e representam transações da entidade para com sua autarquia. **As receitas orçamentárias** compreendem as receitas arrecadadas no exercício, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei. A Capasemu só utiliza recursos próprios, com destinação livre e as despesas orçamentárias de maior importância estão concentradas na área da saúde.

9.4 *Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias* são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 17.787.925,29 no ano, registrados no balancete da despesa.

As transferências financeiras recebidas ou concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências concedidas.

9.5 *Recebimentos e pagamentos extraorçamentários*: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do § 3º do art. 103 de Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar e não processados. O valor

total de ingressos no ano representou R\$ 2.155.536,75 e o de pagamentos R\$ 1.680.471,65, portanto, tais valores não são de propriedade da entidade, que é, apenas a fiel depositária dos mesmos, por certo período contratual. A diferença desses valores, fez o caixa geral aumentar R\$ 475.065,10.

9.6 os recebimentos extraorçamentários compreendem os valores que ingressam nas contas da Autarquia e que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, retenções previdenciárias, retenções de imposto de renda, dentre outros.

9.7 Os pagamentos extraorçamentários compreendem os valores que são pagos sem se submeter ao processo de execução orçamentária por exemplo: pagamentos previdenciários dos prestadores e pagamentos de imposto de renda, restos a pagar de exercícios anteriores que foram pagos no exercício de 2019.

9.8 O Saldo do Exercício Anterior e o Saldo para o Exercício Seguinte compreendem os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha depósitos restituíveis e valores vinculados.

Portanto, na análise dessa demonstração deve ser considerado como relevante que no exercício financeiro de **2019** o resultado financeiro da Autarquia foi satisfatório. Este resultado positivo de **R\$ 672.408,29**.

As conciliações bancárias estão sendo realizadas tempestivamente; os resultados apresentados refletem os valores dos saldos bancários disponíveis.

9.9 A composição do resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado da Autarquia foi de **R\$ 672.408,29** como todo foi gerado da seguinte forma:

Balancete Financeiro 2019	
Receitas Orçamentárias	R\$ 17.985.268,48
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ -
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 2.155.536,75
Sub total	R\$ 20.140.805,23
(-) Despesas Orçamentárias	-R\$ 17.787.925,29
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ -
(-) Pagamentos Extraorçamentários	-R\$ 1.680.471,65
(=) Resultado Financeiro do Exercício	R\$ 672.408,29

10. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

10.1 Contexto Operacional: os dados apresentados correspondem aos dados da Autarquia, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações do STN do MCASP, NSCASP e PCASP e as determinações do TCE/RS.

10.2 Critério de apropriação: consideramos como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

10.3 Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município

representam operações intraorçamentárias. Informamos que no exercício de 2019 ocorreram estas operações.

10.4 Créditos Adicionais Reabertos: não existiram, de acordo com o disposto no art. 167 § 2º, da Constituição da República, em 2019, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

10.5 Restos a pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000. Os restos a pagar não processados inscritos em 2018 alcançaram o montante de R\$ 61.503,13 ; foram liquidados R\$ 5.831,42 , foram anulados R\$ 55.671,71 . Já o valor inscrito de restos a pagar não processados em 2019 alcançou o montante de R\$ 58.994,50; o valor de restos a pagar processados R\$ 27,02.

O Balanço orçamentário da Autarquia apresentou um Superávit de R\$ 197.343,19 conforme apresentado na tabela abaixo:

Balanço Orçamentário 2019	
(+) Receita Realizada	R\$ 17.985.268,48
(-) Despesa Empenhada	-R\$ 17.787.925,29
(=) Superávit	R\$ 197.343,19

A previsão orçamentária da Autarquia inicial foi de R\$ 22.000.000,00; foram solicitados créditos adicionais de R\$ 2.566.000,00 através do Superávit Orçamentário do exercício Financeiro de 2018. Porém as despesas empenhadas alcançaram o valor de R\$ 17.787.925,29 ficando bem abaixo do valor inicialmente projetado no orçamento. As receitas realizadas em 2019 foram R\$ 17.985.268,48 este valor suportou o total das despesas empenhadas.

11. DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

11.1 Contexto Operacional a DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e equivalentes de caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém a compatibilidade com aos valores apresentados no Balanço Financeiro.

11.2 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas receitas e despesas orçamentárias correntes.

11.3 Transferências Concedidas:

Não ocorreram transferências concedidas em 2019.

11.4 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

11.5 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Não ocorreram ingressos ou desembolsos relativos a financiamentos no exercício de 2019.

11.6 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

11.7 Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos. Financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital). Não ocorreram ingressos ou desembolsos relativos a financiamentos no exercício financeiro de 2018.

Destacamos os ingressos e desembolsos das atividades operacionais no exercício de 2019; os ingressos totalizaram R\$ 25.191.026,98; já os desembolsos R\$ 25.813.791,59; não ocorreram alienação de bens, também não foram contratados empréstimos. Ocorreu um investimento na aquisição a ativos no valor de R\$ 57.791,30. Porém, não foram realizadas operações de crédito ou financiamentos. Desta forma no exercício de 2019 ocorreu uma redução no fluxo de Caixa da Autarquia no valor de R\$ 680.555,91. Porém, a Capasemu honrou todos os seus compromissos com os prestadores de serviços que apresentaram as notas fiscais e realizou os pagamentos de todos encargos de dezembro de 2019 na contabilidade.

12. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

12.1 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:

12.1.1 Das Variações Patrimoniais Aumentativas

12.1.1.1. Contribuições

As contribuições sociais elencadas neste anexo correspondem aos repasses das mensalidades pagas ao Plano de Saúde pelos filiados da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Hospital Municipal Doutor Cesar Santos, Câmara de Vereadores de Passo Fundo, Ippasso, Capasemu e os filiados que retornam ao Plano através de Processos Administrativos conforme consta na Lei Complementar nº 208/2008. Estas receitas são classificadas como patronal, funcional. Plano odontológico e dependentes.

12.1.1.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No exercício financeiro de 2019 os critérios utilizados nas aplicações financeiras foram os mesmos do exercício anterior. O total alcançado nos rendimentos superou o montante de 2018 em R\$ 3.629,38. O valor total com aplicações financeiras em 2019 foi de R\$ 277.155,99.

12.1.1.3 Transferências e Delegações Recebidas

O valor apurado com a execução orçamentária delegada alcançou R\$ 27.119,92

12.1.1.4 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação

No exercício financeiro de 2019 foi acrescido no saldo a receber de juros dos filiados referente aos procedimentos de Auxílios Médicos Hospitalares e Odontológicos o montante de R\$ 282.858,62.

12.1.1.5 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No exercício financeiro de 2019 foram registradas as receitas através de restituições. Estes valores referem-se a anulações de restos a pagar e outras restituições recebidas no período.

12.1.2 Das Variações Patrimoniais Diminutivas

São os valores referentes as despesas com Pessoal no exercício financeiro de 2019 relativos a folha de pagamento da Autarquia (remunerações, licenças prêmios, férias e seus adicionais, décimo terceiro e representações); acrescidos das despesas com Sentenças Judiciais. Nos Encargos Patronais estão incluídas as despesas previdenciárias dos servidores e dos gestores e a Contribuição Patronal da Autarquia para o Plano de Saúde.

12.1.2.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

São os valores das despesas relativas a outras despesas previdenciárias, salário família e Auxílio Alimentação dos Servidores

12.1.2.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

São as despesas relativas ao Consumo de Material da Autarquia, prestações de serviços, depreciação, amortização e exaustão e alcançaram o valor total de R\$ 14.820.160,42.

12.1.2.4 Variações Patrimoniais Diminutivas e Financeiras

Estas variações estão relacionadas com as depreciações patrimoniais da Autarquia no exercício financeiro de 2019.

12.1.2.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Estas desvalorizações referem-se aos ajustes para perdas dos créditos a receber dos filiados vinculados ao Plano de Saúde e as Certidões Emitidas pelo TCE/RS que não foram pagas em nome do Senhor Valdir Scarsi.

12.1.6. Tributárias

Estas despesas referem-se ao pagamento do PASEP.

12.1.2.7 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O valor referente ao Resultado Negativo de Participações de R\$ 126.228,00 refere-se à participação da Autarquia na CODEPAS.

Já o valor de R\$ 1.106.216,35 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas refere-se as despesas autorizadas através de Resoluções dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Autarquia: Ajuda de Custo R\$ 2.280,00; Indenização de Transporte R\$ 2.272,20; Ressarcimentos R\$ 256.815,01 e Assistência Médica e Odontológica (AMHOS) R\$ 844.849,14.

Resumo Demonstração das Variações Patrimoniais 2019	
CONTA	VALOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$ 18.277.375,31
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 17.679.544,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	R\$ 277.155,99
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	R\$ 27.119,92
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO	R\$ 282.858,62
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 10.695,84
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$ 18.176.051,58
PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 1.835.584,59
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	R\$ 10.606,27
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$ 14.820.160,42
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO	R\$ 180.984,82
TRIBUTÁRIAS	R\$ 96.271,13
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 1.232.444,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	R\$ 101.323,73

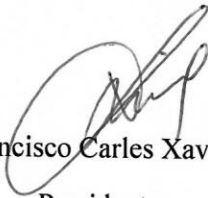
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Capasemu busca disponibilizar aos seus filiados (servidores municipais de Passo Fundo ativos e inativos e pensionistas; e os seus dependentes legais) a prestação da assistência médica, hospitalar, laboratorial, ambulatorial, de exames, serviços na área odontológica, fisioterapia, nutrição, psiquiatria, fonoaudiologia entre outros serviços na área médica nos limites permissivos da sua receita e na forma e proporções dos planos que instituir, conforme previsão legal. Como fator de equilíbrio financeiro da manutenção do sistema de saúde a CAPASEMU é obrigada a coparticipação dos filiados. Os valores destas coparticipações são estabelecidos através de Resoluções, com base no cálculo atuarial realizados anualmente por empresa especializada e nos dados contábeis. A partir da ciência dos limites e condições do plano de saúde oferecida é **facultativa a filiação** dos Servidores Municipais Estatutários do Município de Passo Fundo no Plano de Saúde oferecido pela Capasemu.

A Carência para utilização do Plano de Saúde no caso de filiação de seis meses é legalmente estabelecida na Lei Complementar nº 208/2008. Exceto quando se tratar de retorno à

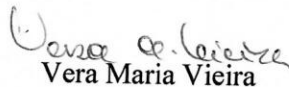
condição de filiado, se já cumprida anteriormente. Os **Dependentes Legais** são os filhos até completarem **18** anos de idade, e os portadores de deficiência que impossibilite exercer quaisquer atividades remuneradas enquanto nesta condição permanecerem.-Os **Dependentes Especiais** que poderão ser inscritos são: o cônjuge, o companheiro ou companheira; os filhos dos 18 anos até completarem 24 anos de idade, solteiros; os menores sob guarda, os tutelados e os enteados que vivam sob a dependência econômica do filiado, e que não possuam bens ou recursos suficientes para o próprio sustento. (Art 41, incisos I,II e II da **Lei Complementar nº 208/2008**). A contribuição para o sistema de saúde é de 6,9% sobre o padrão e as vantagens definitivamente incorporadas dos servidores ativos e sobre os proventos dos servidores inativos e pensionistas.

Passo Fundo (RS) 31 de dezembro de 2019.



Francisco Carles Xavier
Presidente

Portaria nº 985/2019



Vera Maria Vieira

Diretora Financeira

Portaria nº 985/2019



Marcelo Caio de Moraes Fernandes

Contador

Portaria nº 18/2007